


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE ARARAQUARA**
**FORO DE ARARAQUARA**
**1ª VARA CÍVEL**

Rua dos Libaneses, 1998, Térreo - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq1cv@tjsp.jus.br

**CONCLUSÃO**

Em 21 de agosto de 2018, faço os presentes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Araraquara, Dr. **João Battaues Neto**. O referido é verdade. Nada mais. Eu, Deives Moura Leite, digitei.

Processo nº: **1006826-84.2018.8.26.0037**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Seguro**  
 Requerente: **Josiane de Fátima Francisco**  
 Requerido: **American Life Cia de Seguros**

Justiça Gratuita

**DECISÃO / SENTENÇA**

Vistos

**JOSIANE DE FÁTIMA FRANCISCO** ajuizou a presente **AÇÃO DE COBRANÇA** contra **AMERICAN LIFE CIA DE SEGUROS** aduzindo na inicial, em síntese, que: a) viveu em regime de união estável com Bento Neves, segurado da ré; b) em razão do falecimento do mesmo, faz jus ao recebimento do valor segurado; c) requer a procedência do pedido.

Regularmente citada, a requerida ofereceu contestação (fls. 28/47).

Houve réplica (fls. 101/102).

O Ministério Público ofereceu parecer (fls. 114).

É o breve relato do necessário.

Fundamento e decidido.

Viável o julgamento no estado.

A preliminar aduzida na resposta deve ser repelida na medida em que a autora comprovou ter provocado a requerida, comunicando a ocorrência do sinistro, conforme se observa as fls. 15/20.

Conforme aduzido na resposta oferecida pela ré, observa-se que há cinco

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE ARARAQUARA****FORO DE ARARAQUARA****1ª VARA CÍVEL**

Rua dos Libaneses, 1998, Térreo - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq1cv@tjsp.jus.br

beneficiários indicados na apólice, eleitos pelo segurado no contrato de seguro (fls. 30).

Manifestando-se a respeito, a autora insistiu no pedido apenas em relação à sua parte e de sua filha (fls. 109/110).

Assim, como a contratação é certa, não negada pela ré, cumpre reconhecer o direito às frações que cabem à autora e filha, no valor correspondente a 2/5 da indenização prevista, ou seja, R\$ 1.200,00.

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido deduzido na inicial para o fim de condenar a requerida a pagar a Josiane de Fátima Francisco e Daina Francisco Neves a importância de R\$ 600,00 para cada uma delas, devidamente atualizada desde o aforamento e acrescida de juros de mora de 1% ao mês desde a citação. Arcará a requerida com as custas, despesas processuais e honorários advocatícios que fixo em R\$ 500,00 com fundamento no artigo 85, § 8º do Código de Processo Civil.

P.I.

Araraquara, 21 de agosto de 2018.

**João Battaús Neto**  
Juiz de Direito  
(assinatura eletrônica)